



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

290

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO
ACÓRDÃO/DECISÃO MONOCRÁTICA
REGISTRADO(A) SOB N°

ACÓRDÃO



03627224

Vistos, relatados e discutidos estes autos de
Apelação n° 0000600-48.2010.8.26.0300, da Comarca de
Jardinópolis, em que é apelante MANOEL CARLOS BARBOSA
SOARES (JUSTIÇA GRATUITA) sendo apelado MBM
SEGURADORA S/A.

ACORDAM, em 28ª Câmara de Direito Privado do
Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte
decisão: "NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. V. U.", de
conformidade com o voto do Relator, que integra este
acórdão.

O julgamento teve a participação dos
Desembargadores MELLO PINTO (Presidente sem voto),
JÚLIO VIDAL e CESAR LACERDA.

São Paulo, 26 de julho de 2011.


CELSO PIMENTEL
RELATOR

C.A

No sistema da Lei nº 6.194/74 e até o advento da Lei 11.482/2007, a indenização do seguro obrigatório em caso de morte seria paga, "na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente" e, na sua falta, os "herdeiros legais" (art. 4º). Posterior modificação legislativa não retroage.

Filho de vítima fatal de acidente de trânsito apela da respeitável sentença que julgou extinta sem exame de mérito sua demanda por indenização do seguro obrigatório. Insiste em sua legitimidade e argumenta com sua menoridade à época e com preceito do Código Civil de 2002.

Dispensava-se preparo e veio resposta.

É o relatório.

No sistema da Lei nº 6.194/74 e até o advento da Lei 11.482/2007, a indenização do seguro obrigatório em caso de morte seria paga, "na constância do casamento, ao cônjuge sobrevivente" e, na sua falta, os "herdeiros legais" (art. 4º).

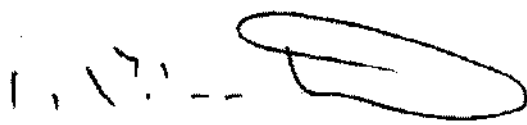
No caso, quando da morte em acidente de trânsito, o pai do autor era casado (fls. 13 e 16), o que significa dizer a viúva era e é a única legitimada à demanda.

É claro que a posterior modificação legislativa não retroage, do que resulta a manifesta

ilegitimidade do autor, cuja menoridade à época, nas circunstâncias, é irrelevante.

Daí o acerto da conclusão da respeitável sentença.

Pelas razões expostas, nega-se provimento ao apelo.


Celso Pimentel
relator